

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

491ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

ATA – Aos cinco de junho de dois mil e quatorze, no Auditório Abraão de Moraes, reuniu-se, em 3ª Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diretor, Prof. Dr. Adalberto Fazzio e com a presença dos seguintes membros; Prof. Dr. Marcos Nogueira Martins, Vice-Diretor; **Professores Titulares**: Profs. Drs. Antonio Martins, Figueiredo Neto (das 10h44min às 10h58min), Armando Corbani Ferraz (das 10h21min às 11h05min), Iberê Luiz Caldas (das 10h46min até 10h55min), Manoel Roberto Robilotta (até 10h03min), Marcia C. de Abreu Fantini (das 09h30min até 09h35min), Paulo Alberto Nussenzweig (das 09h55min até 11h55min) e Roberto Vicençotto Ribas; **Chefes de Departamento**: Profs. Drs. Manfredo Harri Tabacniks, Vito Roberto Vanin (suplente) (até 11h45min), Euzi C. Fernandes da Silva (após 11h18min) e Nelson Carlin Filho (até 11h46min); **Presidente de Comissão**: Profa. Dra. Lucy Vitória Credidio Assali (após 10h25min); **Professores Associados**: Profs. Drs. Said Rahnamaye Rabbani, Alexandre A. do Passo Suaide (até 11h46min), Elisabeth Mateus Yoshimura, José Roberto Brandão de Oliveira (das 10h29min até 11h24min); **Professores Doutores**: Profs. Drs. Cristiano R. de Mattos (até 11h58min), Alexandre Lima Correia (suplente), Renato Higa (suplente) (após 10h23min), Carmen Silvia de Moya Partiti; **Representantes Discentes**: Srs. Roberto Dobal Baldijão, Felipe Martins de Godoy e Rivaldo Vieira Xavier; **Representantes dos Servidores não docentes**: Sras. Wanda Gabriel P. Engel, Ana Lucia Matos Loureiro e Nancy Kuniko Umisedo. Encontram-se afastados os seguintes membros docentes: **Professores Titulares**: Pros. Drs. Alejandro Szanto de Toledo, Antonio José Roque da Silva, Sylvio R. Accioly Canuto e Tânia Tomé M. de Castro (licença médica). **Não compareceu** à reunião e apresentou **justificativa** para sua ausência **Chefe de Departamento**: Profa. Dra. Marina Nielsen. Não compareceram à reunião e **não** apresentaram **justificativa**; **Professores Titulares**: Profs. Drs. Adilson José da Silva, Dmitri Maximovitch Gitman, Edilson Crema, Fernando Silveira Navarra, Gil da Costa Marques, Gennady Gusev, Gustavo Alberto Burdman, João Carlos Alves Barata, José Carlos Sartorelli, Josif Frenkel, Luiz Carlos Chamon, Maria Cristina dos Santos, Marília Junqueira Caldas, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Paulo Eduardo Artaxo Neto, Renata Zukanovich Funchal, Renato de Figueiredo Jardim, Rosangela Itri e Vito Roberto Vanin; **Chefes de Departamento**: Profs. Drs. Maria Teresa Moura Lamy e seu suplente Mário José de Oliveira, Victor de Oliveira Rivelles e seu suplente Elcio Abdalla; **Presidentes de Comissão**: Profs. Drs. Oscar José Pinto Éboli e sua suplente Suhaila Maluf Shibli, Mário José de Oliveira e seu suplente; Ricardo Magnus Osório Galvão, Marcelo Gameiro Munhoz e sua suplente Vera Bohomoletz Henriques; **Professores Associados**: Profs. Drs. Carmen Pimentel Cintra do Prado, Kaline Rabelo Coutinho, Valmir Antonio Chitta e seu suplente Alain André Quivy, Alvaro Vannucci, Valdir Bindilatti e seu suplente André Bohomoletz Henriques, Antonio Domingues dos Santos, Helena Maria Petrilli e sua suplente Maria Cecília B.S. Salvadori, Fernando Tadeu Caldeira Brandt, Nilberto Heder Medina e sua suplente Ana Regina Blak, Frederique M.B. Sylvie Grasi, Airton Deppman e seu suplente Marcelo Martinelli, Valdir Guimarães e seu suplente Arnaldo Gammal, Luis Raul Weber Abramo e seu suplente Emerson J. Veloso de Passos, Hélio Dias, Rubens Lichtenthäler Filho e Elisabeth Andreoli de Oliveira; **Professor Doutor**: Profs. Drs. Américo A. F. Sansigolo Kerr e seu suplente José Helder F. Severo, Raphael Liguori Neto e seu suplente José Fernando Diniz Chubaci, Nemitala Added e seu suplente Paulo Roberto Costa, Nora Lia Maidana e seu suplente Ewout Ter Haar, André de Pinho Vieira e seu suplente Leandro Ramos Souza Barbosa, Adriano Mesquita Alencar e seu suplente Márcio T. do Nascimento Varella, Luis Gregorio G. V. Dias da Silva e seu suplente Rafael Sá de Freitas e Philippe Gouffon e seu suplente Marcos V. Borges Teixeira Lima. **Representante Discente**: Carlos Alberto Souza. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião que foi aberta a todos. O **Sr. Diretor** iniciou a reunião às 9h15 minutos com a **ORDEM DO DIA** ITEM 1 - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: 1) ÉTICA NA UNIVERSIDADE; 2) ELEIÇÃO DE DIRIGENTES; 3) NATUREZA, ATRIBUIÇÕES E

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS. O **Sr. Diretor** informou que o tema 1, discutido na última reunião, foi “Missão, Responsabilidade Social e Princípios da Universidade”. Disse que já havia ocorrido uma reunião no Conselho Universitário sobre esse tema, transmitida pelo IPTV, e considerou que de 1 a 10 teve a nota 6,5. Houve muita discussão, porém foi pouco produtiva e, como não é deliberativa, esses assuntos foram sendo armazenados de alguma maneira para que no dia 11 de novembro tenhamos uma definição do Conselho Universitário. Como não foi tomada ainda uma decisão, pode ser criada uma estatuinte, um anteprojeto para ser votado, além da definição de como seria votado, etc. Disse que é muito importante a participação do IF porque nossas propostas foram colocadas, discutidas e encampadas por algumas Unidades; contando o IF com um número de 150 docentes, um número grande de funcionários e alunos, é uma Unidade que se faz presente no caminho que esta Universidade deve trilhar. Com relação à última Congregação, tomamos 3 decisões sobre moções sendo uma a do Reitor abrir uma auditoria externa independente. No mesmo dia, à tarde, chamado pelo Reitor informou-lhe sobre as decisões da Congregação. Como os textos já haviam sido redigidos pelo Profs. Marcos e Alejandro, enviamos e, no Conselho Universitário o Reitor anunciou além de uma auditoria independente, a criação de uma sindicância. A sindicância é uma ação interna que corre separada da auditoria externa; ela caminha na direção de que, se houver irregularidades, há um inquérito ou coisa parecida. A auditoria é a que realmente vai nos mostrar todas as aberturas das contas e todo o processo. A Congregação também solicitou a transparência e a abertura de todas as contas, isso foi entregue e publicado e enviado para todos os diretores e todos os jornais que solicitaram. A decisão que foi tomada aqui é aberta, transparente, está sendo divulgada e nossa correspondência foi enviada ao Secretário Geral da Universidade. Há, ainda, uma outra decisão que é a de abertura de negociações que também foi conversada com o Senhor Reitor e teve a correspondência enviada. O Reitor tem um ponto do qual não abre mão, não quer discutir o aumento do valor do ICMS para a USP, apenas discute o processo de como fazer essa conta. Disse que provavelmente o Reitor retomará essas negociações. Prosseguiu dizendo que reconhece o direito de greve e que gostaria que aqui no IF fosse respeitado o direito de ir e vir para que haja uma boa convivência. Disse que hoje discutiremos “Ética na Universidade”, “Eleição de Dirigentes” e “Natureza, Atribuições e Composição dos Colegiados”. Informou que havia deixado em aberto para que houvesse as proposições, os encaminhamentos. Recebemos duas, bem densas e importantes. Uma da Profa. Mazé e outra dos representantes dos funcionários técnicos administrativos. Iniciou por “Ética na Universidade” e solicitou a manifestação daqueles que enviaram proposta, para esclarecimento dos membros. A **Profa. Mazé** disse que acredita que não é o Estatuto o responsável pelas grandes dificuldades da Universidade, mas é a prática. Se olharmos o Estatuto verificaremos que tudo pode estar previsto lá, se lermos exatamente. Porém, se há uma oportunidade de mudar alguns pontos, entende que é o que vamos fazer. Mas é a prática, a cultura acadêmica que tem sido praticada nos últimos anos que tem nos levado tanto às questões financeiras quanto às dificuldades nas questões acadêmicas, que é o que mais lhe interessa. Prosseguiu dizendo que os psicanalistas afirmam que atestado de loucura se dá quando alguém não reconhece a realidade e que ela está aqui dizendo que não está dando um atestado de loucura fazendo propostas, porque já fizemos propostas parecidas desde 2006, sabe que não acontecerá nada, mas é algo quase juvenil de que precisa contribuir para a mudança do mundo. Entende que a primeira coisa que é preciso ficar clara na Congregação, e entende que a CAECO tem esse papel, é que se estamos discutindo o Estatuto, que são os princípios gerais, e não estamos entrando em detalhes, apesar de algumas Unidades estarem entrando em detalhes. Espera que isso não atrapalhe que tenhamos a oportunidade de fazer as atribuições detalhadas em outro momento. Prosseguiu dizendo que em relação à “Ética” certamente a prática não é o que está escrito, mas como exercício, vamos colocar desde o início de que a Universidade vai se reger pelas práticas. Disse que estava sendo absolutamente pragmática, como pragmática estava sendo conservadora, partindo dos princípios como estão escritos, não que se deva manter a forma, mas que seja entendido que a concepção é esta. Se lermos o princípio do artigo terceiro, veremos que o que consta

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

em preto é como está e o que está em azul é o que estou propondo que seja acrescido. Considera que deva estar logo de começo que a Universidade é pública e aberta a todas as correntes de pensamentos e reger-se por princípios éticos. Curiosamente está só dito que é por liberdade de expressão. No seu entendimento é de expressão e ação. Também curiosamente está dito que sua liberdade de expressão é na pesquisa e no ensino e ela diz acreditar que seja em todas as suas atividades. É uma maneira de expressar uma concepção, se será dessa forma ou outra. O que acontece hoje é que existe sim um regulamento ético, da década de noventa, disse, que não entrou nesse detalhe e está encarando como algo simplesmente de Estatuto. A sua concepção, isso está escrito em algum lugar desse documento, é que o Estatuto é aquela coisa de princípios bem gerais que ela gostaria que durassem cem anos, ou pelo menos vinte e cinco, e se muda as normas conforme a realidade para adaptar etc. O **Sr. Diretor** disse que a Profa. Mazé havia sido muito feliz na sua observação quanto ao item ético e que colocaremos como sugestão da nossa Congregação *“reger-se-á por princípios éticos e de liberdade de expressão e de ação em todas as suas atividades”*. Lembrou que há uma Comissão de Ética na Universidade que tem um código. Passou ao tema de número dois, “Eleição de Dirigentes”, com uma proposta da Profa. Mazé. Disse que olhando para o Estatuto observamos que houve várias alterações. Disse, também, que a proposta dos representantes dos funcionários está contemplada no atual Código de Ética. A **Sra. Wanda Engler** disse que os funcionários se reuniram e diante do assunto que se fala atualmente, reajuste salarial, muitos funcionários não queriam discutir neste momento o Estatuto da Universidade por conta de tirar um pouco o foco da discussão. Contudo, o grupo de funcionários reunidos decidiu que era um assunto muito importante e que deveriam, sim, interferir nesse processo e colocar sua opinião. Diante disso, colocaram na rede que os representantes dos funcionários receberiam propostas. Com relação à “Ética” não receberam uma proposta elaborada, mas julga que diante da situação não tiveram tempo de discutir uma proposta elaborada. Disse que leram de forma breve a ética e muitos dos representantes presentes concluíram que se fosse seguido aquele Código de Ética já era bom. Prosseguiu dizendo que ao ouvir a Profa. Mazé constatou que suas colocações estavam muito adequadas. Contudo, disse que não interferiram nesse ponto por falta de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, mas que concordavam com a Profa. Mazé nos pontos por ela sugeridos. O **Sr. Diretor** disse que se tivessem alguma contribuição poderiam passar para a CAECO ou dar a ele que a levaria. Sairia como proposta dos funcionários. Passou ao ponto de número três “Eleição de Dirigentes”. A **Profa. Mazé** disse que com relação aos Dirigentes teve uma atitude conservadora. Acabou de haver mudança na eleição de Reitor, embora tímida foi na direção correta, de Diretor e de Chefias incluindo novos segmentos para essa disputa. Como acabamos de ver aqui no IF, ainda não incorporamos essa nova situação, tanto que todos só pensavam nos Professores Titulares. Disse que não fizera proposta de mudança para este item porque ainda precisamos ver como se desenvolverá essa mudança, se funciona bem ou mal. O único que proporia desde já, valendo para a próxima eleição de Reitor, é o seguinte: a eleição de Reitor permaneceu aberta para aquele colegiado maior de Congregações etc., mas cada eleitor pode votar em três nomes, o que eliminou a chance de acordos bons ou escusos. Então, a coisa é muito simples, deverá constar que cada eleitor daquele colegiado terá direito a apenas um voto, porque ele pode pertencer a vários colegiados. Acredita que isso dará uma maior legitimidade à escolha porque não poderá prometer voto a dois candidatos opostos. Pensa que uma Universidade pública paulista tem que ter uma conversa com o representante do povo, mesmo que o povo tenha uma opinião contrária e, assim seria mantida a escolha do Governador a partir de uma lista tríplice, porém uma lista tríplice mais legível. Disse que no final do ano passado houve uma discussão sobre se não seria mais conveniente um veto do que uma lista tríplice. Particularmente, considera mais constrangedor para a Universidade haver um veto e votar tudo outra vez. Sugeriu que esse seria o único ponto em que mexeria, neste momento, no item Eleição de Dirigente. O **Sr. Diretor** resumiu a proposta da Profa. Mazé como chapa única, continuidade da lista tríplice e ausência de veto por parte da instituição. A **Sra. Wanda Engler** defendeu a proposta dos

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

funcionários dizendo que o que eles dizem é que essa estrutura, da forma como está, não nos representa. Disse que os funcionários não têm uma participação efetiva em todos os colegiados de forma a representar, realmente, os anseios da categoria não só salariais, mas de ter uma Universidade democrática e pública. Diante disso, o que é consenso para todos é que precisamos ter uma mudança nessa estrutura em que a Universidade está. Prosseguiu dizendo que em 2004 a Congregação aprovou a participação, ainda que tímida naquela época, mas de alguma forma mais efetiva do que o modelo atual, que era ter representação nos Conselhos, na COP, que a Comissão de Recursos Humanos fosse prevista dentro do Estatuto e que a representação dentro da Congregação fosse mais efetiva. Diante dessa vontade do passado e a conversa com os funcionários, fizeram a proposta que está colocada que é a eleição direta para todos os cargos executivos da Universidade com a participação paritária correspondendo a um terço de cada categoria: docentes, funcionários. O Reitor eleito pelo voto direto em turno único, não defendem a lista tríplice. Disse que não discutiram acerca do tempo de mandato e então não há nenhuma proposta de mudança acerca disso. A proposta colocada pelos funcionários é como ela está sendo apresentada. Enfatizou que os funcionários sentem a necessidade de discutir o tema mais amplamente porque não houve uma reunião com muita representação, mas mostra os anseios que a categoria tem se colocado ao longo dos anos. Ontem, numa reunião conjunta com os alunos, foi tirada uma comissão que discutirá esse assunto de forma mais sistemática trazendo essa discussão um pouco mais aberta a todos. O **Sr. Diretor** fez uma provocação perguntando porque o Reitor tem que ser da USP e explicou que perguntava porque na campanha dos Reitores todos citavam como exemplo outras Universidades como Harvard, MIT, Cambridge etc. e ele perguntou para três pessoas porque tinha que ser da USP dado que nessas Universidades os Reitores não eram da própria Universidade. Disse que era uma provocação porque há gente competente para gerir a USP, mesmo fora dela. A **Profa. Mazé** disse que se quisesse responder só na provocação diria que nem os docentes e nem os alunos daqui são iguais aos de Harvard ou do MIT e que podia falar porque esteve no MIT por dois anos. Disse que brincadeira à parte, a estrutura é bastante diferente e que se vamos redesenhar a Universidade com outra estrutura de gestão, devemos primeiramente mudar um pouco nossa cultura aqui. Se ela vai ficar com pequena variação em torno do mesmo tema, que é o que se tem feito aqui com esses colegiados, no mérito. Disse que sempre colocou esses méritos entre aspas na sua cabeça porque a pessoa deve minimamente conhecer o sistema brasileiro, os alunos brasileiros, saber como funcionamos e considera que, já que houve a provocação do Diretor, que a gestão administrativa tem que ser competente como pensamos ser competente nossa gestão acadêmica e isto tem um sistema administrativo da USP que deve estar a serviço da Universidade e não do Reitor, assim como o CTA que administra técnica e administrativamente deve estar a serviço da Unidade e não do Diretor ou de si mesmo. Lá fora a estrutura é outra, há o *Dean* que é uma coisa e o Reitor que é outra, e que quase todos sabem que são coisas diferentes. Colocou que isso acontece no momento em que o sujeito não consegue ser indicado e sugere chamar fulano de tal, que mora em Boston e que é seu amigo. O **Sr. Diretor** esclareceu que fizera a provocação porque numa das propostas, apareceram várias dentro da CAECO, ficou claro que todos os departamentos de economia e administração, além do Reitor, gostariam de separar as estruturas do gestor do ente político Reitor, o que aqui não dará certo. Disse que pegaram os exemplos de algumas Universidades americanas e se olharmos a proposta da FEA de Ribeirão Preto, veremos que fazem todo um fluxograma do Reitor que é o Presidente da COP, do ente político da Universidade e outro, separado, que é o gestor administrativo que no caso dele seria ligado diretamente ao que aqui chamamos de CODAGE. Essa é uma preocupação. O **Sr. José Francisco Soares** fez outra provocação dizendo que se a Universidade é, de qualquer forma, atrelada ao Governo do Estado, que é quem verdadeiramente a comanda, e numa necessidade de eleição de Diretores e do próprio Reitor, no caso da lista tríplice o Governador pode escolher um nome de qualquer uma das três posições da lista, como aconteceu na gestão passada que foi escolhido um nome que não era bem visto já dentro de toda a Universidade, por conta dos antigos feitos

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

contra o Brasil e a própria população brasileira, trabalhando no AI 5, a antiga lei da ditadura militar. Questionou por que razão a eleição não passa a ser desatrelada do governador. No tocante ao ICMS, como já disse o Prof. Fazzio, o governador disse que não se deve aumentar, de jeito nenhum, o repasse de 9,57% para qualquer outro patamar necessário pela Universidade. Vê-se o atrelamento da Reitoria com o Governador, que canta segundo a instrumentação da orquestra sinfônica do Governador de tal maneira que ele diz que a USP não precisa de aumento e sim trabalhar de outras maneiras para que a USP funcione. Se a USP não precisa de dinheiro, porque não podemos ter o aumento de salário, porque o ICMS não pode ser repassado um pouco a mais para a Universidade. Estranho, considera. A Universidade não precisa de dinheiro e o Governador reteve mais de dois bilhões de reais dela, disse. E dizem que a Universidade não precisa de aumento e continuam trabalhando a favor do Governador. Quem fez essa lista tríplice já que se pode ter uma lista única, perguntou. Por que não desatrelar a USP do governo do Estado, questionou. Algum Deputado ou Senador não poderia trabalhar de forma a fazer com que a USP fosse verdadeiramente uma cidade trabalhando para o Brasil e não apenas para o estado de São Paulo, indagou. Disse que na verdade a ciência e a tecnologia são brasileiras e não de São Paulo, é para todo o Brasil. Foi colocado no jornal A FOLHA que sessenta por cento dos alunos da USP têm condição de pagar a escola, mas com certeza o ICMS vai continuar a ser cobrado e para onde irá esse dinheiro, perguntou. Não foi dito que o aluno vai pagar e a população brasileira terá o ICMS diminuído por conta de não ser mais repassado para as Universidades que recebem uma bolada de 9,57%. Conclamou a todos que pensassem numa proposta, levando em conta o que tinha levantado aqui. Voltou a dizer que não é a USP que escolhe o Reitor, mas sim o governador e, esse Reitor, continuará a ser comandado pelo Governador. O **Prof. Manfredo**, invertendo a ordem e falando na proposta da economia e separação da gestão, perguntou se quem nomeia o gestor administrativo é o próprio Reitor ou profissionais de carreira. O **Sr. Diretor** respondeu que era o Conselho Universitário. O **Prof. Manfredo** disse que se fosse o dirigente máximo que nomeasse o dirigente administrativo não faz a menor diferença e estaríamos trocando seis por meia dúzia. Disse que essa discussão permeia o governo estadual e o governo federal que nomeia os seus assessores em detrimento dos profissionais de carreira. O **Sr. Diretor** disse que quem quisesse ver essa proposta pode acessar a página da CAECO. Ela vale para a estrutura central, chega nos institutos e vai até os departamentos que também teriam um gestor, os institutos também teriam um gestor, que seria no mesmo nível do chefe de Departamento, do Diretor e do Reitor. Considera que não prospera. O **Prof. Manfredo** prosseguiu elogiando a proposta da Profa. Mazé que demonstrou um trabalho dedicado e, com a experiência que tem de participação em vários órgãos do IF, tem a competência necessária para entender os detalhes e, juntando com a intervenção do Sr. Soares, acredita que dentro do sistema temos que ir devagar, há que se fazer as mudanças lentamente e a proposta da Profa. Mazé está exatamente nesse sentido de manter as coisas e ir aprendendo como o sistema evolui. Considera que a mudança da eleição de Reitor no ano passado foi histórica e muito importante e, segundo ouviu de alguém “acabou a capelinha” porque sendo a eleição em um único turno não há a negociação de segundo turno que antes existia e a Profa. Mazé propõe mais um passo nessa direção exigindo que se defina o candidato logo de início. Uma proposta mais radical de rompimento com o Governador do Estado de São Paulo com o resto da Federação, chama-se revolução e essa não se faz de dentro do sistema, se faz por fora, disse. Considera que temos que fazer as mudanças gradativamente. O **Prof. Marcos Martins** fez um comentário um tanto provocativo aproveitando o pequeno número de alunos presente falando contra a proposta de eleição paritária. Disse concordar que os servidores não docentes são sub-representados nos colegiados e que isso faz com que a eleição como está proposta, como na proposta da Profa. Mazé, prejudique a participação dos funcionários, mas entende, também, que está em discussão inclusive a composição dos colegiados e há uma proposta de aumentar o número de servidores que deles participam. Isso tende a melhorar essa condição. Disse não concordar com a eleição paritária em que estudantes têm o mesmo peso que docentes e funcionários, simplesmente porque

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

os estudantes estão de passagem aqui e os docentes e funcionários têm uma presença muito mais constante, entendem muito mais o funcionamento e têm um vínculo muito mais forte com a Universidade que os estudantes. Considera que dar o mesmo peso para todos os votos é injusto e até perigoso e pode-se eleger quem não deve. O **Sr. Diretor** fez um resumo do que está colocado dizendo que a proposta da Profa. Mazé é de voto numa única chapa, entretanto que há uma observação de que houve mudanças recentes no processo eleitoral e que devemos esperar um pouco para observar isso. Os funcionários já colocam uma participação paritária correspondente a um terço e, com relação à lista tríplice, devemos mantê-la. Apenas os funcionários sugerem que se envie ao Governador um único nome. Prosseguiu dizendo ao Sr. Francisco Soares que quanto a sua observação, a mudança não poderia ser colocada no Estatuto, porque se escreve nele, mas não é uma decisão nossa da escolha, embora a Universidade seja autônoma em todos os seus níveis, essa é outra discussão que será observada aqui. Passou ao terceiro tema: "Natureza, Atribuições e Composição dos Colegiados." A **Profa. Mazé** disse que se restringira aos colegiados da Unidade. Considera que o Conselho Universitário é um organismo importantíssimo, mas não foi por isso que não fez proposta; para se fazer uma proposta para o organismo maior da Universidade, o Conselho Universitário, havia que se ter discutido o que hoje é chamado de Constituição e Organização da Universidade. Há Reitoria, Pró-Reitorias, Unidades, Museus que não foram postos em discussão ainda. Disse que tem admoestado o Sr. Diretor, membro da CAECO, porque como constituiremos o organismo maior da Universidade se não sabemos quais são os seus organismos. Ateve-se a ideia de que serão mantidas as Unidades e os Departamentos e por isso suas propostas foram para esses dois organismos. Primeiro, sobre a Natureza disse não ter entrado nas atribuições detalhadas, de novo, porque está no Regimento. Aquilo cabe na natureza deste colegiado que é um órgão deliberativo, superior da Unidade, indagou. Sobre a composição observou que diferentemente de hoje as Unidades não teriam, necessariamente, que ter comissões de pesquisa e de cultura e extensão. O IFUSP propôs que valorizássemos atividades de inovação explicitamente no novo Estatuto. O **Sr. Diretor** observou que nesse ponto pediu a palavra e falou sobre o tema. A **Profa. Mazé** prosseguiu dizendo que deixava a inovação para que cada Unidade colocasse onde o seu papel de inovação é mais procedente: ou na pesquisa ou na cultura e extensão. Assim, a Congregação terá como representantes o Diretor, o Vice-Diretor, o Presidente da Comissão de Graduação, o Presidente da Comissão de Pós-Graduação, o Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação, da Comissão de Cultura e Extensão e Inovação, e aí coloca o representante de cada Comissão Interunidades escolhido entre seus membros pela própria Comissão, Chefes de Departamento, representantes docentes, representantes discentes e representantes dos servidores não docentes. Observou que os Presidentes das Comissões Interunidades não têm assento na Congregação e que estava propondo que tivessem, mas não estava dizendo que são membros de Comissão Interunidades de Pós-Graduação porque entende que no futuro haverá mais atividades de pesquisa, não só de formação através da graduação e da pós-graduação e de cursos. Informou que nós mesmos estamos fazendo um curso em conjunto com a Faculdade de Medicina. Assim, na medida em que haja realmente atividades inter, multidisciplinares será necessária a inclusão de Comissões da Unidade. Nas demais comissões seria o Presidente, mas nessas Comissões Interunidades seria enviado um de seus membros como representante. Disse que o que está sendo mudado é a inclusão obrigatória das Comissões Interunidades em Pesquisa e Cultura e Extensão, com a inovação a cargo de cada Unidade, em uma ou outra Comissão. Disse ter, também, proposta sobre o tamanho dessas representações. O **Sr. Diretor** colocou sua opinião a respeito da inovação, em qual das Comissões deve ser colocada, baseado na sua experiência de como o assunto está sendo tratado na Universidade e muito ligado a nossa cultura. Disse que deve ser colocada na Comissão de Pesquisa porque ela tem uma deformação, não em relação ao IFUSP, mas em órgãos superiores. Prosseguiu dizendo que essa parte de extensão é muito mal compreendida e considera muito difícil mudar essa cultura. Quando falamos em inovação, conforme proposta do Prof. Renato Jardim, falamos em inovação tecnológica. Na FFLCH já saiu a proposta

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

de incluir inovação social. Disse que aqui estamos pensando em inovação tecnológica e que ela está muito atrelada à Comissão de Pesquisa. A **Profa. Mazé** disse que se no Estatuto houver a possibilidade de escolha das Unidades não haverá briga antes da hora. O **Prof. Manfredo** disse que poderia ser incluído na justificativa que essas Comissões estão de acordo com as diretrizes da Universidade que são ensino, pesquisa e extensão e refletem as atividades fim da Universidade. O **Prof. Cristiano Mattos** questionou que a Comissão de Pós-Graduação do IF não inclui a Comissão de Pós-Graduação Interunidades e que isso é um problema de organograma da Universidade. Não se sabe onde fica essa Comissão. Sugeriu que se incluísse uma observação a respeito porque, de fato, a ideia de incluir um representante da Comissão de Pós-Graduação Interunidades é ótima. Disse não estar informado se cada representante de cada Unidade dentro da Comissão Interunidades participará de suas respectivas Congregações, mas a ideia de que são órgãos de administração de cada Unidade também as Comissão Interunidades é que o faz sugerir a inclusão. No caso da Comissão de Pós-Graduação Interunidades que temos aqui, a sede administrativa é o IF. De fato ela pertence ao IF na perspectiva administrativa, mas não é incluída no organograma, como entende que deveria ser. A **Profa. Mazé** disse que essas coisas são definidas em outros títulos no Estatuto: Constituição e Organização. A ideia é que no Estatuto se deixe o mais livre possível para as Unidades gerenciarem. Lembrou que não se pode pensar no Estatuto como sendo para o IF porque ele é para toda a Universidade. O **Sr. Diretor** passou, ainda no item três, à Representação Docente na Congregação. A **Profa. Mazé** disse que o que se quer da Congregação é que ela represente, que os membros tenham compromisso com o colegiado e que tenha uma organização que permita as discussões e decisões embasadas, qualificadas. Observou que nos últimos quatro ou cinco anos ela virou um cartório, onde se carimba as decisões burocraticamente. Disse partir da experiência de uma Unidade grande. A composição da representação docente, hoje, é em cima do percentual de Professores Titulares da Unidade. Quarenta e cinco por cento de docentes Titulares da Unidade, assegurado o mínimo de oito, porque não é conveniente uma Congregação de cem membros, que não conseguem discutir nada e nem uma com dez que não consegue cobrir todas as vertentes político-acadêmica da Unidade. Trinta e cinco por cento dos professores associados, assegurado um mínimo de seis. Vinte e cinco por cento dos professores doutores, assegurado um mínimo de quatro. Com relação ao resto, que diz que se houver menos Professores Titulares numa Unidade todos são membros, disse que era apenas para compatibilizar os parágrafos com as mudanças. Reconheceu que a titulação pode ser um dos fatores indicador de meritocracia, por isso há uma representação maior de Titulares, um pouco menor de associados e um pouco menor de doutores. Presumivelmente, grande parte dos professores titulares deve participar da vida decisória da academia. Por que quarenta e cinco por cento, indagou. Esclareceu que o Diretor e o Vice são membros, os Chefes e Vices são membros e os Presidentes também são membros. Os Professores Titulares que tiverem real liderança estarão numa dessas posições. Se cinco por cento dos Professores Titulares estiverem nessas posições o que significa quarenta e cinco por cento dos Professores Titulares, indagou. Todos estarão como membros titulares ou suplentes. Prosseguiu dizendo que fez um exercício para saber o tamanho das Congregações. Tomou por base uma Unidade grande e outra pequena. No caso das Unidades pequenas continuarão sentados na Congregação cem por cento dos docentes. O que acontece é que com essa representação não há membro nato porque o Diretor tem Vice, os Chefes têm Vice e os Presidentes têm Vice e, então, as pessoas terão que ser escolhidas. Isso aqui é um privilégio, mas não é um compromisso. Disse que vem às reuniões quando a pauta lhe interessa e que não pode ser assim porque o compromisso do colegiado é com a Unidade não com seu privilégio de mérito de estar aqui. O fato de haver escolha entre quem será titular e quem será suplente já é um compromisso porque em geral entendem-se entre si, minimamente. Se em determinada pauta um tem mais a dizer que o outro, vai esse e não o outro. A vantagem disso é que presumivelmente as pessoas terão que representar mais do que a si mesmos, as Congregações terão, em princípio, um tamanho administrável, nem muito grandes e nem muito pequenas e isso poderá funcionar em

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

primeira convocação com um número mais representativo. Porque se há questionamento da legitimidade da aprovação de alguma questão, isso mostra que o tecido social da Unidade não respeita a si mesmo, não respeita as decisões. O fato de ter condições que melhorem as condições de convivência e de decisões não cria ideias nem boas práticas. Podemos cercar as melhores condições como, por exemplo, fazer com que grandes Unidades tenham apenas sessenta membros na sua Congregação e as pequenas com vinte, trinta ou quarenta membros. No caso dos membros da Congregação que são Presidentes de Comissão, propõe que sejam pelo menos Professores Doutores, porque a carreira começa aí. Disse que o argumento é que se o membro foi escolhido para ser da Comissão, daquela atividade fim, presumivelmente, se o Conselho fez o seu trabalho direito, é um membro competente naquela atividade fim e que tem representatividade frente ao seu Departamento. As duas coisas precisam representante porque ele não deve falar por si mesmo, deve falar por seu Departamento. Se ele, além de estar numa Comissão onde todos são competentes, é escolhido para ser Presidente, presumivelmente ele é uma liderança daquele grupo de professores. Diz isso porque se vetarmos alguém que tem competência e liderança reconhecidas, isso é o antimérito. A meritocracia não está no título. Se ele está naquela posição, se exerce a liderança e tem competência específica, isso é título cartorial. Então, é o contrário, é negação da meritocracia. Considera que nesses casos, isso é bom para a atividade fim. O **Sr. Diretor** fez um comentário, dentro dos argumentos da Profa. Mazé, e se disse bastante preocupado com a nossa Congregação, citando o termo usado por ela, cartorial. Disse que há dois fatores e entende que mudar essa composição não é uma condição suficiente para deixar de ser cartorial. O **Prof. Manfredo** disse que, de novo, a Profa. Mazé havia feito a lição de casa e lembrou que as propostas vêm acompanhadas de punição para quem não cumprir com seu bônus. O **Sr. Diretor** disse que o Estatuto atual já contempla isso e citou como exemplo a ESALQ onde os professores que não comparecem à Congregação por três sessões, sem uma justificativa, são automaticamente excluídos. Prosseguiu falando sobre a proposta dos funcionários, inserida no item “Composição dos Colegiados”, que é de ampliar ou incluir a representação de funcionários técnicos administrativos em número correspondente a vinte por cento do total dos docentes em todos os Colegiados. Pediu desculpas por ter se adiantado no assunto e voltou à representação discente na Congregação e passou a palavra à **Profa. Mazé** que apresentou a proposta de vinte e cinco por cento de representantes discentes, atualmente são dez por cento, claramente distribuídos na proporção de matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação das Unidades, porque cada Unidade tem números diferentes desses alunos. Seu argumento é que se há algum lugar de respiro para ousadias e para pensar de maneira diferente da Universidade, está nos elementos mais novos que inclui os alunos. Deveria incluir, também, os professores mais novos, mas eles já entram um pouco velhos em todos os sentidos e não só na idade. Considera que é um elemento interessante para a Congregação essa participação e que tem aspecto formativo. Estamos formando pessoas que serão líderes e terão que saber discutir colegiados de maneira consequente e há esse papel formativo pelo qual esperamos que aprendam o que é ou não para ser feito. Considera que seria um número bem razoável para a representação discente vinte e cinco por cento do número de docentes. O **Prof. Vito Vanin** disse acreditar que de alguma maneira essa proposta será contemplada, apenas há que se ter cuidado, antes de entrar na questão política que há por trás, com o que é aluno de graduação no IF. Só os dos cursos de Física, Licenciatura e Bacharelado, ou todas as matrículas dos alunos das outras Unidades. Disse que temos muitos mais alunos do que só os nossos alunos de Física, então considerou que é um detalhe que se não for bem cuidado pode ser usado futuramente para não fazer nenhuma mudança porque está mal escrito. Propôs que tivéssemos muita atenção. Prosseguiu falando de outra questão, geral, sobre haver mais alunos do que funcionários em algumas representações, no que disse acreditar ser verdade. Disse que os docentes e os funcionários aqui vivem o presente; que os docentes estão fazendo sua pesquisa, seu ensino e o seu trabalho e a Universidade é seu presente; que para os funcionários a Universidade é o seu presente, o seu envolvimento, o seu trabalho, sua participação no país. Para os estudantes, a Universidade é o futuro deles

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

e têm muito a dizer sobre o futuro, portanto sua participação tem que ser predominante. Talvez não predominante porque a questão da realidade de que os docentes já passaram por essa etapa e têm noção de como construir esse futuro com uma base mais ampla. Os docentes têm mesmo responsabilidade maior que os estudantes, mas os estudantes têm futuro e têm que decidir pelo futuro deles e então devem participar muito mais. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** solicitou um esclarecimento porque a Profa. Mazé coloca vinte e cinco por cento do número de docentes e ela pergunta se não seria vinte e cinco por cento da representação docente, o que é diferente. O **Sr. Diretor** esclareceu que seriam os membros docentes da Congregação. O **Prof. Vito Vanin** acrescentou que em relação ao número de alunos, se contarmos o número de alunos de graduação do IF ultrapassará três mil, sendo trezentos e poucos alunos de pós-graduação. Se contarmos o número de pessoas matriculadas na graduação e na pós, não teremos representação da pós. Acredita que deva haver algum rateio por número médio de créditos num curso típico. Lembrou que damos aulas para a Engenharia. O **Sr. Diretor** esclareceu que são cursos de graduação da Unidade. Disse entender que sua proposta era para alunos matriculados no IF. O **Prof. Vito Vanin** disse entender que a proposta do IF seja essa, mas que não tinha certeza se era essa a proposta que vingaria na Universidade, caso isso seja transformado para número de alunos matriculados tem que haver uma ponderação com cuidado para não haver distorção. Acredita que esse item chegará a bom termo e temos que ter tudo preparado para não deixá-lo escorregar. A **Profa. Mazé** ratificou que está escrito curso de pós-graduação da Unidade e sugere cuidado porque a Unidade tem um curso de bacharelado e um de licenciatura e tem um curso de pós-graduação e outro de pós-graduação interunidades. Disse que antigamente, quando foi Assistente Acadêmica, a representação era uma proporcionalidade dessa soma. O **Prof. Alexandre Suaide** disse que acompanhando o comentário do Prof. Vito considera que deveríamos definir, talvez, o mínimo de representatividade de pós-graduação. Têm-se cerca de mil e quinhentos alunos na graduação e trezentos na pós e poderíamos nos restringir a ter ao menos um representante da pós-graduação ou um número muito pequeno. Considera que seria interessante definir o mínimo de proporcionalidade. A **Profa. Mazé** disse que nossa prática tem sido supervalorizar, em relação à graduação, a pós-graduação e considera que não deve ser assim. Disse que não alinharia todos os argumentos, mas que era uma coisa de representação mesmo. As Unidades que têm muita pós-graduação vão estar representadas. Os alunos de pós-graduação têm uma visão mais perto dos docentes do que os demais alunos. Os alunos da graduação serão mais críticos, têm mais gente, portanto mais ideias diferentes entre eles. Quanto mais gente houver, há que se colocar, democraticamente, mais vertentes. Disse que não foi distração sua não ter colocado esse mínimo, mas que foram distorcendo, em sua opinião, para colocar mais alunos da pós-graduação e menos da graduação. Prosseguiu dizendo que quer proporcionalidade na representatividade. O **Prof. Alexandre Suaide** disse que lhe ocorrera que numa reunião de Congregação, algum tempo atrás, houve a manifestação de um pos-doc no sentido de que não havia nenhuma representação de pos-doc em nenhum colegiado, que eles eram sempre ausentes das decisões universitárias embora fossem um número importante de pesquisadores nessa categoria. O **Sr. Diretor** disse que na CAECO surgiram várias propostas, mas que não estavam ligadas ao item que estavam discutindo, e que já há muitas Unidades preocupadas com as condições do pos-doc. A **Profa. Mazé** disse que teria acrescentado um representante dos pos-doc, se tivesse pensado nisso. O **Sr. Diretor** disse que na Universidade a figura do pos-doc ainda está no purgatório. O **Sr. Roberto Baldijão** comentou que lhe parecia muito importante aumentar a representação discente na Congregação. Algo que os alunos, com a mobilização do ano passado, perceberam bastante e isso estar no Estatuto é extremamente importante. Fica claro que, no Conselho Universitário, ampliar a composição para que haja uma representatividade maior dos diferentes grupos da Universidade dificulta muito essa situação delicada em que o Conselho Universitário colocou a Universidade, porque haveria muitos grupos, diferentes opiniões e uns cobriam dos outros, o que tornaria o processo mais transparente além de mais democrático, como está na Constituição. Disse que

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

consideraram essa proposta de aumento da representação discente, bastante adequada. O **Sr. Diretor** colocou que na primeira parte a Profa. Mazé disse em suas argumentações que não colocaria nada a respeito do Conselho Universitário. O **Sr. Roberto Baldijão** disse que estava usando o exemplo do Conselho Universitário e o **Sr. Diretor** disse que pensava que ele pudesse, também, apresentar proposta e o **Sr. Roberto Baldijão** disse que pretendiam sim. Prosseguindo, o **Sr. Diretor** leu a proposta dos funcionários técnico administrativos para o item sobre representação dos funcionários não docentes *“Composição dos colegiados Conselho Universitário, Congregações, Conselhos Técnico Administrativos, Conselhos de Departamento, Conselho Consultivo, Conselho Executivo, Comissão de Orçamento e Patrimônio etc. Ampliar ou incluir a representação dos funcionários técnico administrativos em número correspondente a vinte por cento do total de docentes em todos os Colegiados, Conselhos e Comissões pertencentes ou transitórios da Universidade, sem restrição do número máximo de representantes os quais serão escolhidos por eleição direta de seus pares.”* A **Profa. Mazé** questionou que havia uma diferença de propostas e o **Sr. Diretor** concordou e disse que estavam falando do artigo 45. A **Profa. Mazé** disse que tinha a visão de que a representação dos alunos, por contemplar um universo maior, deve ser um pouco maior do que a dos funcionários. Entende ser adequado que dez por cento do total de docentes seja a representação dos funcionários, que exercem atividades essenciais para a Universidade. Conceitualmente está dando uma representação maior ao universo dos alunos que são, no seu modo de ver, a razão de ser da Universidade, a formação de pessoas, senão seríamos um instituto de pesquisa ou outra coisa qualquer, e tem um papel formativo importante. Disse que escreveu em algum lugar que isso daria aos não docentes trinta e cinco por cento de representação no colegiado. Há o argumento político de que a USP foge ao estabelecido na LDB então, estamos compatibilizando a nossa presença brasileira, porque somos sujeitos à lei, mas é um equívoco e disse estar pensando em termos qualitativos mesmo e considera que dez por cento estaria de bom tamanho, diferentemente dos funcionários que pensam em vinte por cento. A **Sra. Marcia Andrade** observou que, como a Profa. Mazé comentou, a natureza da Congregação de órgão consultivo, deliberativo superior da Unidade, a proposta dos funcionários de vinte por cento justifica essa colocação porque os funcionários são trabalhadores efetivos e muitas questões envolvendo funcionários são discutidas na Congregação e, disse entender, que vinte por cento estaria contemplando não só alguns funcionários, mas outros funcionários como o pessoal da área de pesquisas, da área básica para participar da Congregação. Por isso a proposta de vinte por cento e não dez. O **Prof. Manfredo** disse que existe uma diferença entre os funcionários participarem da Congregação, que é o órgão máximo de discussão e deliberação do IF, e ter vinte por cento de funcionários nas Comissões de Graduação, Pós-Graduação e outras que tratam de assuntos, em geral, pouco pertinentes à vida funcional ou dos trabalhadores. Considera que a proposta dos funcionários é muito abrangente, muito genérica, talvez devesse ser mais específica dependendo da Comissão ou do órgão. Disse entender o interesse e a importância de uma participação mais coletiva na Congregação; todavia a proposta da Profa. Mazé já está dobrando essa participação funcional, de cinco para dez por cento, e a proposta dos funcionários é de quadruplicar essa participação. Se olharmos um pouco para trás, disse que tem participado ativamente das Congregações, veremos muito pouca intervenção e muito poucas oportunidades em que a participação dos funcionários tenha sido tão diferente, tão necessária a ponto de modificar significativamente uma discussão aqui dentro. Disse estar ainda um pouco dividido entre a proposta da Profa. Mazé, que dobra a representação dos funcionários e já é um passo muito importante, e a dos funcionários que propõe a quadruplicação, mudança ainda mais significativa, mas talvez mais realista que o rei. O **Prof. Armando Corbani** disse que falaria muito mais no sentido da reflexão sobre as propostas que estão aparecendo com relação à representação dos funcionários. Informou que existe uma delegação do Conselho Universitário a todas as Pró-Reitorias para que elas cuidem da parte acadêmica da Universidade. Só irá uma questão para ao Conselho Universitário se houver algum entrave dentro de algum dos Conselhos ou alguma coisa que fira o Estatuto

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

ou Regimento da Universidade; caso contrário, as Pró-Reitorias são autônomas para resolver internamente todos os problemas da parte acadêmica. Não existe representação de funcionários em nenhum dos Conselhos de Graduação, Pós-Graduação, Cultura e Extensão ou Pesquisa. É algo que se pensava há muito tempo, mas nunca aconteceu. Muitas das questões que são colocadas nesses Conselhos dependem da parte operacional dos funcionários e eles não são ouvidos. Muitas das deliberações acabam não acontecendo porque a parte operacional não foi ouvida e nem é possível, às vezes, ser realizadas. A Universidade na parte deliberativa, na parte operacional não é feita dentro de Congregação nem de Conselho Universitário. Chamou atenção para isso porque a parte política é resolvida de outra maneira. A parte operacional é feita pura e simplesmente dentro da parte administrativa nos Conselhos, nas Unidades e na Reitoria. Não ter representação dos funcionários tem sido muito danoso para a Universidade. A **Sra. Wanda Engler** disse que houve, no passado, uma discussão sobre aumentar o número da representação de funcionários, em 2004, e foi aprovada na Congregação uma participação mais efetiva. Considera que a Universidade mudou e hoje o que se tem no Estatuto, colocado há vinte anos, reflete o pensamento atualmente. Considera que a representação deve ter esse papel de representar e somos dezessete mil funcionários, o maior corpo da Universidade, e não temos voz. Diante da abertura de discussão os funcionários estão muito receptivos para discutir esse número. Ocorre que a forma como está colocado hoje no Estatuto esse assunto, não reflete o pensamento. Esse é o sentimento de todos. Lembrou que não há nenhuma representação na COP, Comissão que decide o orçamento, que decide aonde vai o dinheiro da Universidade. Não há ali uma voz que leve o sentimento dos funcionários, por isso quando colocamos uma proposta abrangente é para colocar que temos que ter uma representação mais efetiva e democrática. Disse que estão abertos a discutir em conjunto com os alunos e os docentes, embora defendam a proposta dos vinte por cento. O **Sr. Diretor** esclareceu que na discussão ocorrida no último Conselho Universitário no item “Gestão, transparência e responsabilidade” foi colocada a composição da COP e houve várias propostas na direção de ter uma representação de funcionários. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** argumentou que de fato falta representação de funcionários em muitas comissões, mas que não gosta desse número de vinte por cento para todas. Considera que em algumas comissões que são mais administrativas a representação funcional deveria ser maior e nas mais acadêmicas, menor. Disse não gostar que haja uma proporção única para todas porque o peso político e a influência que o funcionário pode ter é bastante diversa, como no Conselho de Departamento, por exemplo, onde acredita que deveria ser bem maior do que na Comissão de Graduação onde são discutidos assuntos acadêmicos. O **Prof. Alexandre Suaide** disse que seu comentário era muito parecido com o da Profa. Elisabeth porque considera que deveríamos ter uma representação funcional bem mais efetiva nos colegiados, mas o número de vinte por cento para tudo, como número basal, não acha apropriado. A participação funcional é muito importante em algumas situações como, por exemplo, na Congregação, Conselhos Departamentais, CTA onde os funcionários deveriam ser mais presentes e outras onde a necessidade funcional não é tão presente, mas devem estar presentes. Prosseguiu dizendo que o Prof. Manfredo havia citado as Comissões de Graduação e Pós-Graduação, mas que considera que deva haver representação funcional lá porque existe uma operacionalidade forte para levar o ensino no IF: os Laboratórios Didáticos, as salas de aula e os funcionários atuam ativamente nisso. Entretanto, considera vinte por cento nesse tipo de comissão um pouco exagerado. Considera que deveríamos pensar caso a caso na representação funcional e em relação aos dez por cento na Congregação, considera que deveria ser um pouco maior. Disse concordar com a Profa. Mazé que a representação discente deve ser significativamente grande em relação à dos funcionários por trazer um frescor maior em relação à visão de Universidade, para dentro da Congregação. Considera que o número poderia ser maior que dez por cento, talvez quinze, ou mesmo os vinte por cento propostos pelos funcionários. O **Prof. Manfredo** esclareceu que não havia pensado nesses detalhes administrativos nas comissões e disse rever sua posição da não necessidade funcional nas Comissões de Graduação e Pós-Graduação em cima desses argumentos

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

colocados. O **Sr. Rivaldo Xavier** disse que os alunos consideram bastante razoável a proposta dos funcionários, mas colocou que estarão quadruplicando uma representação cujo número absoluto é muito baixo e que não devemos subestimar a capacidade dos funcionários e discentes de contribuir em todos esses espaços, formulando nas diretrizes e pensando a construção da Universidade. Se não há essa influência hoje é porque já não há espaço, não é algo inerente da categoria que não tem capacidade de contribuir. Prosseguiu dizendo que considera razoável aumentar uma representação que é muito baixa hoje, portanto vinte por cento é uma proposta razoável. A ponderação de que os jovens têm um viés mais acadêmico deve ter pelo menos um ok, quem abre as salas e prepara os laboratórios para as aulas são os funcionários, portanto é razoável que eles participem de todas as instâncias. O **Prof. Manfredo** aparteou dizendo que em nenhum momento subestimamos a participação e a capacidade de intervenção dos funcionários e discentes; muito pelo contrário, a própria Profa. Mazé em sua argumentação e justificação colocou claramente que são os discentes que dão a seta do futuro da nossa Unidade. Em nenhum momento subestimamos essa capacidade. O **Prof. Manfredo** prosseguiu falando da proposta sete: do ônus, do bônus e a exigência de participação dos membros dos vários colegiados. A **Profa. Mazé** entende que isso deveria estar no Estatuto porque é essencial e indispensável e não podemos caçar ou suspender mandatos sem uma normatização geral. Propõe que terão o mandato suspenso por um ano o membro titular e seu, respectivo suplente, por falta de ambos a três sessões sucessivas ou mais da metade das sessões de um ano letivo sem ser por razão de afastamento, de licença-prêmio ou de encargos didáticos regulares de ambos no horário da sessão. Enquanto suspensos, deixam de contar no *quorum* do colegiado porque com isso diminui o *quorum* e não se atrapalha o andamento do colegiado. Por outro lado, considera que esse é um compromisso da sociedade, de pessoas e espera que os discentes, no caso da representação discente, e os docentes, no caso da representação dos doutores, nossos colegas, azucrinem se nossos representantes faltam, juntamente com seus suplentes, porque perdemos representação relativa. Disse que isso não acontece apenas no IF. O IF, há muitos anos, se reúne mal como já comentou. No passado, apenas os titulares faltavam, hoje são os doutores, os associados, os alunos. Prosseguiu dizendo que esta reunião é um exemplo disso, porque houve toda uma encrenca no final do ano passado que obrigou o Conselho Universitário a buscar essa desculpa, discutir estatuto, mas acredita que o problema não é só de estatuto e sim da prática acadêmica em vigor. Por isso usou a provocação de que é cartorial porque a pessoa vem aqui, faz de conta e nada acontece. Não há ideias novas surgindo, muda um aspecto ou outro. Então há que haver quem acredite que a forma representativa existe e não adianta vir com desculpas de compromisso inadiável. Se estiver afastado, há uma licença institucional se não estiver, a ausência se deve ao fato de dar prioridade a outra atividade, então se desligue, vá embora. Disse que essa proposta estará no Conselho Universitário, também. Prosseguiu dizendo que aqui sabemos desqualificar, qualificar sabemos menos. Mostrou a assistência e comentou que querer mudar a Universidade com o baixíssimo número de membros presentes, não é possível. Considera que isso é importante e discorda do Sr. Diretor e diz que se não houver um Estatuto onde isso conste, pode se configurar cassação de mandato. O **Prof. Manfredo** concordou que temos que ter regras que possam ser aplicadas. A **Profa. Mazé** acrescentou que só funcionará se todos tiverem um suplente e, por isso, na representação quase todos têm suplentes. O **Prof. Vito Vanin** disse que se essa proposta for levada ao Plenário será vista com extrema antipatia e considera que ela é fundamental, ela independe da questão da representação docente. Se continuar a representação docente atual de todos os titulares, como faríamos com nosso titular que ficasse ausente três vezes sucessivas, indagou. Mencionou a informação do Sr. Diretor de que Piracicaba, ESALQ, está suspendendo e afirmou ter ficado surpreso porque não localizou no estatuto ou no regimento nada que permita isso. O **Sr. Diretor** informou que pediu ao Diretor da ESALQ que o informasse como isso foi feito. O **Prof. Vito Vanin** encerrou dizendo acreditar que essa proposta deve subexistir independente de perder a outra. O **Prof. Paulo Nussenzveig** disse entender que no atual estatuto já existe um mecanismo que permite penalizar

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

aqueles que não vem à Congregação, disse que são obrigados a vir e nas faltas devem justificar a ausência. Se não justificam, há uma falta e com faltas se perde o direito à licença prêmio. A **Profa. Mazé** disse, de novo, que aqui é uma questão de se manifestar sobre o conceito porque existe em qualquer comunidade humana que devemos ser éticos. Então, vamos explicitar como se faz esta obrigatoriedade porque a falta ao docente, por exemplo, quem dá é o Chefe do Departamento e já introduzimos aqui, na base do acordo de cavalheiros, que a pessoa precisa justificar sua ausência. Não é disso que se trata. Trata-se de institucionalizar aquilo que está escrito, sim para o Conselho Universitário, que esta é uma atividade que deve interpor-se acima de qualquer outra, portanto não pode haver desculpa. Nós estamos dizendo aqui que em relação ao ensino, o docente que tem aulas no horário da Congregação, está justificado. Por isso, a existência do suplente ajuda. Disse que tem que conter e, se concordamos com o conceito, qual é o problema de ele estar explícito, pergunta. Considera que, no momento, não cabe a outros elementos que não o Chefe de Departamento, em relação aos docentes, fazer qualquer tipo de punição. Esclareceu que a punição que deseja não é pessoal e sim que resolva a questão da Congregação. Se o membro não conta mais para o *quorum*, por estar em suspensão, o *quorum* continua e isso é o que é mais significativo. O **Prof. Paulo Nussenzveig** manifestou-se apenas para dizer que em nenhum momento discordou do conceito o qual defende já há algum tempo. Disse também ser favorável a redução da Congregação, talvez não com os percentuais propostos, e mecanismos que façam com que as pessoas assumam suas responsabilidades serão sempre bem-vindos. O **Sr. Diretor** passou ao item seguinte: Propostas sobre a natureza do CTA. Leu o que existe, proposto no artigo 47 que diz que haverá nas Unidades o Conselho Deliberativo cujas atividades serão fixadas no Regimento Geral. O parágrafo primeiro diz que o Conselho Técnico terá funções decisórias cabendo recursos de suas deliberações à Congregação da Unidade, exclusivamente em assuntos técnicos e administrativos. A **Profa. Mazé** disse que sim, que esse é o nome desse Conselho, antigo, pequeno, mas com o papel que deveria ter a COP lá no Conselho Universitário. Ele faz a análise técnico-administrativa da viabilidade de implementação das questões acadêmicas que a Congregação propõe, tais como o aumento do número de Departamentos, a necessidade de mais funcionários, de mais docentes etc. No entanto, o que já aconteceu é que houve inversões e, conforme se lê, a Congregação pode pegar de suas atribuições que são aquelas gerais, acadêmicas, maiores da Universidade e passar para o CTA, mas o contrário não pode se dar. Disse que deve ficar claro que o CTA tem poder de decisão em questões exclusivamente técnico-administrativas. Prosseguiu dizendo que os membros que integram o CTA são membros executivos como o Diretor, os Chefes de Departamento, os Presidentes de Comissões que têm poder técnico-administrativo. Há uma representação de funcionários e discentes que é para “olhar” se a coisa está sendo feita. Por isso não há uma representação de docentes porque são os executivos. Não está claro e, como não conhecemos bem os estatutos, conforme a cabeça da direção, vão se arvorando em tomar decisões que são da Congregação. Reforçou que tem que estar claro porque, atualmente, não está. O **Sr. Diretor** solicitou um esclarecimento sobre se a contratação de professores substitutos está passando pelo CTA e se foi uma delegação da Congregação foi respondido que passa pelo CTA, mas não foi uma delegação da Congregação. A **Sra. Márcia Andrade** perguntou à Profa. Mazé se em relação a sua proposta, a composição do CTA continuaria a mesma que atualmente consta do Estatuto. Após resposta inaudível voltou ao assunto dizendo que atualmente na composição do CTA há apenas um representante dos servidores e que com a proposta dos funcionários de vinte por cento se tornaria 1.6, portanto dois funcionários. Prosseguiu dizendo que os vinte por cento pleiteados pelos funcionários não vão aumentar quatro vezes a representação, como colocou o Prof. Manfredo. O Conselho Técnico Administrativo é uma área onde se discute muito a questão dos funcionários em geral. Lembrou que quando foi realizada a implementação do Estatuto da Universidade não houve participação dos funcionários para que pudessem apresentar alguma proposta. Na época da promulgação do Estatuto, foi decidido que se esperaria um tempo para que as pessoas pudessem vivenciar a composição que constava nele. Passados dezesseis anos,

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

considera que há muitos funcionários na área operacional que podem contribuir com a instituição e melhorar ou até apresentar algo de novo, como os alunos têm feito. O **Sr. Diretor** leu o artigo quarenta e sete, parágrafo terceiro, que diz que “as Unidades poderão em seus Regimentos ampliar a composição do Conselho Técnico Administrativo.” A composição, como está, é Diretor, Vice Diretor, Chefes de Departamento, um representante discente e um representante dos servidores. No caso do IFUSP, temos no CTA os Presidentes das Comissões, que foi uma decisão da Congregação. O **Prof. Manfredo** manifestou-se dizendo que entende estar esgotado esse assunto e que, em princípio, concorda que a participação dos funcionários no CTA é importante, do que não tem a menor dúvida. Contudo, colocou o detalhe de que no CTA como no CO, uma das funções é aprovar o orçamento da Unidade no começo do ano. Por incrível que pareça, disse que fizeram isso numa votação muito rápida e que para algumas pessoas isso passou quase despercebido. Disse que votar o orçamento, em sua opinião, é muito diferente de votar ou aprovar a execução do orçamento da Unidade no final do ano. Prosseguiu dizendo que um orçamento é uma intenção, é um projeto em que se planeja a execução de determinadas atividades durante o ano e se alocam os recursos para executar algumas coisas. A crise da Universidade mostra bem que nem sempre as coisas saem como se previu, portanto sugeriu que das atribuições do CTA conste a aprovação da execução do orçamento conforme proposta aprovada no início do ano. Disse que a função do CTA não é verificar se aconteceram três propostas ou se a empresa estava ou não autorizada a fazer o serviço, mas é uma função política de decisão sobre se os recursos foram gastos conforme o previsto no orçamento aprovado no início do ano e/ou se há justificativas para mudanças, transposições de recursos financeiros etc. Prosseguiu dizendo que o Conselho Universitário tem a mesma função e deveria ter essa função, também, no final do ano; se tivesse acontecido isso, hoje teríamos uma situação bem melhor. O **Sr. Diretor** passou ao item seguinte: “Conselhos Departamentais” e observou o artigo cinquenta e três do atual Regimento, “Natureza dos Conselhos”. A **Profa. Mazé** disse que são órgãos de direção o Conselho do Departamento e o Chefe. Observou que não é um problema de Estatuto, é um problema de prática. Não há o que mudar, em sua opinião. O Conselho é um órgão diretivo e propôs que se mantenha essa natureza, mas, observando sua proposta, que se pratique essa natureza. Solicitou que quem fosse contra se manifestasse. Informou que nos Conselhos já usam um percentual do número de docentes e há uma escolha de cada Conselho de Departamento. Informou que no seu Departamento adotavam cem por cento pela regra do Estatuto, pelo menos setenta e cinco por cento dos titulares, cinquenta por cento dos doutores, disse que não estava mexendo nisso, mas na composição do que diz respeito às representações discente da qual está mudando o número e incluindo um número na representação funcional. Prosseguiu dizendo que a representação discente que estava incluindo no Conselho do Departamento tem a redação de vinte por cento e que deixou como está “*alunos de graduação ou de pós-graduação*”, permitidas reconduções. Diferentemente do que havia proposto na Congregação, aqui não propôs proporcional ao número de matriculados porque vai ficar a ser regulamentado nas Unidades porque a organização dos cursos de graduação é diferente em cada uma. Há Unidades que têm cursos na pós-graduação de Departamento, então deve estar no Regimento que cada Unidade regulamente sua representação. Disse que incluía junto à funcional a proposta de que haja no mínimo um e no máximo dois representantes dos funcionários, com mandato de dois anos, mas quando houver cinco funcionários lotados no Departamento. A representação dos funcionários é importantíssima onde realiza o trabalho, mas a natureza dos trabalhos dos diversos Departamentos é diferente. Disse que colocava esse limite porque há Departamentos muito pequenos que têm, praticamente, uma secretaria de Departamento. Considera que não é conveniente uma representação muito maior que a dos alunos e, que no caso de haver apenas uma secretaria de Departamento, a natureza do trabalho é muito próxima à chefia. Há Departamentos que têm muitos funcionários em atividades fim, então há espaço para uma representação maior. Disse que essa é sua visão de representação de funcionários porque considera que atividades meio são indispensáveis para se chegar às atividades fim. Sua concepção é que devemos criar todas as

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

condições para que o foco sejam as atividades fim. São os dois pontos que propõe em relação a isso e o item que os membros do Conselho também serão suspensos se não aparecerem. A **Sra. Márcia Andrade** lembrou que essas propostas de Estatuto são uma coisa ampla e que quando vemos uma proposta limitando o número de funcionários temos que perceber que em outros Departamentos, de outras Unidades, existem outras composições. No momento em que isso fica limitado pode afetar o número de funcionários participantes em seus Departamentos, por isso discorda da limitação porque percebe que isso está configurado nos Departamentos do IF e não em toda a Universidade. Prosseguiu dizendo que como foi colocada em cinco por cento a participação dos alunos, considera importante também colocar em porcentagem a participação dos funcionários e não em números. O **Sr. Diretor** citou o Instituto de Química como exemplo dizendo que lá são dois grandes Departamentos e não considera correto que tenham uma representação de um ou dois funcionários. Disse considerar mais simpático quando se fala em percentual. A ideia da representação, segundo ele, é mais do que ouvir; é participar. Voltou a citar a Química que em dois Departamentos tem por volta de cem docentes e ter apenas um ou dois funcionários fica sub-representada a categoria. Se houver um número mínimo de funcionários a representação ficará prejudicada. A **Profa. Mazé** disse que baseamo-nos na vivência e que podemos usar o argumento inverso. Pode-se pensar em aumentar o número de funcionários para aumentar a representatividade, mas disse não estar pensando nesse tipo de coisa, que sempre pode acontecer. Pensou na maior parte dos Departamentos que são menores e, se realmente for esse o caso, embora não tenha pensado nisso, continua com os dez por cento, mas com limite inferior ao número de docentes. Disse que é muito diferente o número de funcionários por Departamento, então colocar-se um número que é percentual de docentes é algo que eles estarão representando muito pouca gente, apenas um tipo de atividade como a atividade meio. Disse que de sua experiência, colocaria esses limites. O **Prof. Alexandre Suaide** disse que não concordava com a proposta da Profa. Mazé e que entendia que devíamos ter uma fração percentual de funcionários na representação departamental. Considera que aqui mesmo no IF teríamos sub-representação se usássemos desse tipo de habilitação, é mais favorável a que haja uma porcentagem e não limitaria em mínimo de um e máximos de dois. O **Prof. Manfredo** lembrou que quando entrou no IF havia três Departamentos e hoje são seis. Disse não saber se o IF melhorou com esse aumento de Departamentos, mas que com certeza abrigamos hoje mais caciques. Prosseguiu dizendo que teve um professor que dizia que o IF era muito grande, que os Departamentos eram muito grandes e que era mais difícil gerenciar um Departamento grande. Talvez ele tivesse razão, disse, e se rephrasearmos dizendo que é muito difícil distribuir as bonanças num Departamento muito grande, então concorda. Concordou que não tinha muita experiência sobre os Departamentos na Universidade, mas no IF os Departamentos não são temáticos, ou quase nenhum é temático. Talvez tenhamos um ou dois Departamentos temáticos, o resto é uma mistura de temas o que complica, inclusive, a própria negociação interna porque acabamos fazendo parte de dois Departamentos. Então, disse não saber se seria a melhor ideia dividir o IF em tantos Departamentos, mas se for uma divisão temática talvez se possa achar um meio termo, porque da forma como estamos aqui considera meio estranho. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** disse que essa estrutura de Departamento tem um custo em termos de funcionários, chefias etc., cria os feudos e que era a favor da ideia de não haver Departamentos, mas não sabe dizer que estrutura teríamos no lugar. Prosseguiu dizendo que aqui na USP conhece apenas uma situação sem Departamentos, que é a EACH e perguntou se alguém sabe explicar como isso é resolvido lá. A **Profa. Mazé** respondeu que seria praticamente como era na Faculdade de Filosofia, aqui seria a Congregação. Indagou como seria gerenciar tudo isso na Congregação. Disse que é uma questão de prática e citou como exemplo o fato de na FFLCH terem Departamentos e o gerenciamento do trabalho cotidiano, num organismo enorme, é mais complicado. Prosseguiu dizendo que se a estrutura deveria ser como está ... Mandam discutir colegiados sem dizer qual é a organização, indagou. Há que se supor alguma coisa. O **Sr. Diretor** discordou e disse que quando o Departamento foi criado, na reforma universitária, ele era temático. Esse é o

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

trabalho que é feito. No caso de não temático, funciona como a UFABC que hoje tem seiscentos professores e é dividido em três centros, e funciona bem. Mas essa é outra discussão. Considera que o número não é o impedimento. Não é o problema da burocracia e se não soubermos conviver com isso estamos perdidos. Pensa que temos que trabalhar uma estrutura, gastar uma energia e desfocar um pouco dessa nossa estrutura. Disse que a UFABC tem outro foco, nasceu de forma diferente e por isso é mais fácil. Hoje, lá existem seiscentos e vinte professores e quase doze mil alunos. Há vários cursos de pós-graduação. Essa discussão é muito complexa. Disse que a divisão que o Prof. Manfredo comentou do Departamento não trouxe nenhum benefício para o IF, ao contrário, intensificou os feudos aqui dentro, as discussões, do ponto de vista temático, ficaram perdidas. Exemplificou com sua área de Matéria Condensada que tem em todos os Departamentos e citou o IQ que tem dois Departamentos, um bem temático na Bioquímica e outro que eles chamam de Química Fundamental. Sugeriu que esse seria um bom tema para discussão na Congregação. A **Profa. Mazé** defende que deve haver Departamentos porque em alguns lugares eles trabalham coisas muito diferentes. Disse que se os Departamentos que temos aqui deviam ser esses, esse número, com essa subdivisão, é outra história. O que quer dizer é que Unidades grandes sem Departamentos têm que pensar uma estrutura diferente. A UFABC nasceu diferente. Temos que tentar ver se temos capacidade de fazermos um desenho mais interessante e mexer com a tradição. O **Sr. Diretor** concordou com a Profa. Mazé e disse que o Prof. Zago em seu discurso falou tanto na graduação e, já há quase seis meses, não vê nenhuma substância demonstrar alguma coisa. Disse que não via qual a ideia que há por trás. A mobilidade de que tanto se falou, para aumentar a interdisciplinaridade, dar uma formação mais sólida aos nossos estudantes, diminuir isso ou aumentar aquilo. Estamos aqui, esperando. Sugeriu que poderíamos trazer três pessoas com diferentes opiniões para debater esse tema. O **Prof. Cristiano Mattos** disse que era o que ia sugerir porque o Departamento tem sua história, sua tradição, foi criado por vários objetivos, por vários sentidos e se vamos fazer a ruptura com isso temos que oferecer algum sentido, um objetivo. Uma possibilidade é voltar a ser temático e juntar quem trabalha com um tema num Departamento no outro e se junta no outro Departamento. São inúmeras as possibilidades e temos que pensar em qual vamos oferecer para o debate. Disse que o relato que tem da EACH é que as pessoas se juntam por interesses políticos diversos e os grupos vão se formando, se auto-organizando porque não têm nenhuma centralidade institucional entre os grupos de pessoas e fica cada grupo com interesses distintos, dos mais variados, competindo entre si de alguma forma, o que do seu ponto de vista é ruim. O **Sr. Rivaldo Xavier** comentou que esse tema também interessa aos alunos porque quando entram aqui é difícil compreenderem toda essa parte burocrática, quando almejam fazer uma iniciação científica pensam que o tema não tem nada a ver com a área de determinado Departamento, mas tem e precisa ser aprovado no Conselho e na Comissão de Pesquisa. Assim, como esse tema toca diretamente aos alunos é interessante que haja esse debate e, eventualmente, alguma proposta de mudança de organização. Observou que só o tamanho não seja uma questão tão importante porque se podem organizar Comissões. Se o IF não tivesse Departamentos todos os assuntos que hoje passam pelos Departamentos teriam que passar por aqui, Congregação, com a mesma intensidade de debates com que passa pelos Departamentos. Disse que poderiam criar Comissões que não seriam reproduções dos atuais Departamentos. O **Prof. Manfredo** disse ter ouvido, embora acredite que é mais boato do que fato, que os NAP's foram criados para romper a estrutura de Departamentos na USP e que manipulam e/ou forçam pesquisas e trabalhos numa certa direção e o NAP com sua estrutura interdepartamental ou interinstitucional foi criado para romper essa estrutura. Observemos que ações externas ao Departamento, à Unidade tentam quebrar o Departamento e romper essa estrutura. Disse não saber se conseguiu, se devia ter conseguido e que não está colocando nenhuma opinião pessoal nisso. Prosseguiu dizendo que também ouviu que a ideia era dividir a USP em docentes ativos e inativos. Os ativos estão no NAP e os inativos, não. Uma forma extemporânea de reorganizar os docentes na Universidade. O **Sr. Diretor** corroborou que essa é exatamente a visão da Pró-

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

Reitoria de Pesquisa e informou que não estava entrando no mérito. O **Prof. Cristiano Matttos** comentou que o Prof. Vahan, Pró-Reitor de Pós-Graduação dos últimos quatro anos, prometeu mundos e fundos para os Programas de Pós-Graduação Interunidades citando que eram o futuro da Universidade, no entanto os doze Programas existentes não conseguem entrar no Organograma. A **Profa. Lucy** completou a fala do Prof. Cristiano dizendo que a CAPES tentou fazer isso no Brasil inteiro, não apenas na USP, eles estão dando murros em ponta de faca. Percebe-se que eles têm algumas coisas que deram muito certo, que estão caminhando, mas é muito esforço de pouca gente. O **Sr. Diretor** concordou e acrescentou que um curso da CAPES que deu certo é o de Biologia que envolve umas seis ou sete Universidades e a sede fica em uma e a cada quatro anos passa para outra etc. Prosseguiu dizendo que passaria para o item “Transformação, Criação e Divisão de Departamento”, proposta treze, artigo cinquenta e sete. Sugeriu que fossem colocados os três e abriam em discussão, para colocar um *deadline* dado o adiantado da hora. A **Profa. Mazé** disse que supôs que os Departamentos existem. Disse que ao ler as razões, há um parágrafo único que diz que as pessoas que estão propondo divisão e criação de Departamento tem que fazer justificativas e tem que ser docentes de vários níveis. Curiosamente, está escrito que na justificativa mencionada no inciso um, que é uma das condições para criar o Departamento que vai ser aprovado na Congregação, no CO etc. devem constar, entre outros esclarecimentos, informes acerca de projetos e desenvolvimento de pesquisa e de atividades de pós-graduação, então disse que incluiu todas as atividades fim porque é um conceito. Nós não praticamos conceito. Não dividimos Departamento porque brigamos ou porque queremos poder. Isso deveria ser o segundo motivo. O primeiro deveria ser a realização de um projeto acadêmico, a Unidade deveria ter um projeto acadêmico. Se as atividades fim são foco dos nossos projetos acadêmicos que mesmo não tendo explicitamente praticamos de alguma forma, a divisão deveria olhar isso. Então, percebe-se que não é no Estatuto que vamos mudar isso. Nas outras propostas que têm a ver com o Colegiado e que disse ter incluído, que são propostas conceituais, explicitou que uma delas é que todas as votações que envolvam nomes de membros da Unidade, nas Congregações e Conselhos, disse não ter pensado, mas que se poderia incluir aí o CTA, devem ser fechadas. Disse ter uma visão completamente oposta a essa abertura, porque vimos o efeito deletério no tecido social entre os membros que se perdem votações fechadas quase matam o colega, o Colegiado, porque inferem que não foram votados. Nossa cultura brasileira não é muito profissional nesse sentido. Cria-se uma saia justa quando há dois poderosos apoiando pessoas diferentes. Outro ponto é que entende que as eleições de representantes discentes, docentes, funcionais devem ser feitas pelo organismo institucional, o mesmo, com as mesmas normas. Disse ser absolutamente contrária a essa mudança, feita na gestão do Prof. Melfi, de que eleição de estudantes deve ser feita pelo CEFISMA. São membros colegiados e devem ser tratados igualmente aqui dentro, na eleição e em todo lugar. Não podemos dar margem a que se diga este é um membro de segunda linha, de primeira linha, de zero linha ou de terceira linha. Entende que devemos estabelecer qual é a representação e fazer de maneira absolutamente correta, pode e deve ter membros fiscais dos organismos dos docentes, dos funcionários ou dos alunos nas eleições. Isto deve constar das disposições gerais. O **Sr. Diretor** disse que ninguém discordará desse ponto. Que faremos o trabalho para os alunos e que os funcionários fazem junto. Colocou em discussão o item e manifestou-se o **Sr. Roberto Baldijão** dizendo que os alunos não são contrários a que seja o mesmo organismo institucional que faça a eleição. A questão é qual é esse organismo, como ele vai ser formado. A **Profa. Mazé** respondeu que no caso da Congregação é a Assistência Acadêmica, no caso do Departamento é o próprio Departamento que organiza. Na gestão do Prof. Melfi houve algum problema e então, demagogicamente em sua opinião, passaram para os alunos a organização. O **Sr. Diretor** esclareceu que quem faz a eleição de discentes é a Assistência Acadêmica. Assim, sobra mais tempo para os estudos dos alunos que apenas têm que fazer a divulgação, a divisão etc. Toda a parte de preparação, de cédulas, urnas, mesários, fiscais fica por conta da Assistência Acadêmica. Relembrou que toda essa confusão começou na gestão do Prof. Marcovitch, quando da invasão da Reitoria.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

O **Sr. Roberto Baldijão** disse entender que deveria estar claro no Estatuto qual é o organismo institucional. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** disse ser favorável à proposta da Profa. Mazé, mas do ponto de vista dos estudantes há uma mudança em relação a uma prática que aconteceu várias vezes aqui no IF de formar uma chapa única para representação em todos os Colegiados. Isso, com esse tipo de mudança, não mais será possível porque os Departamentos terão mandatos com diferentes datas de término. Isso pode ser do Regimento ou não e se houver esse conflito deve-se pensar que essa representação discente possa, eventualmente, ser feita simultaneamente em todos os órgãos colegiados que era o que os estudantes faziam e que, dependendo de como for feito, pode não dar certo. A **Profa. Mazé** enfatizou que o Sr. Diretor deveria promover, não só aqui, mas na CAECO e no CO que estamos começando a discutir, pela beirada. Se quisermos fazer uma mudança estrutural na constituição da Universidade e na sua organização, teríamos que ter começado por ela. Disse que não conseguiu fazer uma proposta para o CO porque acredita que essas Pró-Reitorias devem existir com outras funções, mas isso não está colocado. Quem pode influenciar nisso é a CAECO e o CO. Vamos agora falar nisso, mas manter a organização como está porque vamos descobrir que temos ideias mirabolantes, mas sua prática depende de vencer algumas resistências culturais e a história da instituição. Sugeriu que o IF faça uma mesa redonda com pessoas que tenham ideias diferentes sobre essa organização. Disse que sua contribuição foi de pequenos remendos, mas que não é isso que vai mudar a Universidade. O **Sr. Diretor** voltou ao item “Eleições”, artigo 97. Disse que dirá na CAECO que queremos mudar e indagou como será o nosso desenho, como serão as estruturas da Universidade, a composição dos Departamentos, Conselhos, Institutos etc. Disse que senão não conseguirá nem discutir a composição do Conselho Universitário. A questão é se vamos manter a estrutura como está ou não. Agradeceu à Profa. Mazé pelo trabalho e aos funcionários pela contribuição de suas propostas. Nada mais havendo a tratar o **Sr. Diretor** encerrou a reunião às 12h47min e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitzum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo Sr. Diretor. São Paulo, 5 de junho de 2014.